

- XXXVI -**METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO CUSTO-ALUNO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ESTUDO DE CASO NO CAMPUS CURITIBA DO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ****Evandro Cherubini Rolin – IFPR**

evandro12.rolin@gmail.com

INTRODUÇÃO

O cálculo do custo-aluno é um fator importante para a apuração dos custos nas Instituições de Ensino, entretanto, dependendo da metodologia empregada na apuração os resultados podem divergir entre si. Essas diferenças podem ocorrer no momento da apuração dos custos, assim como na ponderação dos cursos, como ocorre com os métodos utilizados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Educação, assim como em Silva, Morgan e Costa (2003), Reinert (2005) e Silva et al. (2007).

O custo-aluno é tratado na Lei nº 9.394/1996 - LDB; na Lei nº 13.005/2014 - PNE; na Decisão Plenária nº 408/2002 do TCU e na Resolução CFC nº 1.366/2011 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

O tema passou a ser objeto de estudo nos trabalhos de Levy, Campino e Nunes (1970), Castro (1973), Paro (1982) e Verhine (1998), sendo considerados trabalhos pioneiros no Brasil.

O tema custo-aluno mostra-se de suma importância para a área educacional, uma vez que apesar de existirem trabalhos sobre metodologias relacionadas ao tema, não há trabalhos específicos acerca da educação profissional, mais especificadamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, justifica-se a realização desse trabalho, uma vez que objetiva desenvolver uma metodologia para o cálculo do custo da educação profissional e tecnológica, sendo utilizado como estudo de caso o campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná (IFPR), com recorte no ano de 2017.

O IFPR iniciou suas atividades a partir da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, por meio da Lei nº 11.892/2008, iniciando suas atividades com três unidades. Em 2017 contava com 25 *campi* e 13.856 estudantes em cursos presenciais do ensino médio e superior. Esse crescimento se deu em toda Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT).

Com esse crescente aumento das matrículas ofertadas pela RFEPT, em consonância à meta 11 do PNE, torna-se necessário pensar no desafio de continuar crescendo apesar das limitações impostas aos gastos públicos, fazendo-se necessário pensar em formas de tornar o gasto público mais transparente ao cidadão e aos órgãos de controle.

Portanto, o conhecimento dos custos de determinada atividade no setor público está relacionado à transparência das informações e à tomada de decisão por parte dos gestores.

DESENVOLVIMENTO

A coleta de dados para a realização da pesquisa ocorreu por meio de levantamento de referencial teórico e documental, sendo analisado, além da legislação específica, também o relatório de gestão referente à prestação de contas do IFPR; dados obtidos por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e da Plataforma Nilo Peçanha; Portal de Informações do IFPR; Portal da Transparência do governo federal; além de informações obtidas diretamente no campus.

Para tal, a pesquisa apresenta natureza exploratória, bibliográfica e documental, a partir do qual os dados serão tabulados em formato de banco de dados e analisados futuramente com base na estatística descritiva. Entretanto, nesse trabalho será apresentada somente a metodologia desenvolvida para o cálculo do custo-aluno.

A coleta de dados consiste em levantar as seguintes informações do campus: 1) a folha de pagamento mensal de todos os servidores em exercício; 2) a relação semestral da carga horária de cada professor, com a distribuição de horas por curso; 3) a execução orçamentária do campus e; 4) o quantitativo de estudantes por curso.

Inicialmente verificaram-se quais informações são públicas e quais não eram. Constatou-se que os dados da execução orçamentária estavam disponíveis na página do campus, assim como no relatório de gestão do IFPR; que a folha de pagamento mensal dos servidores estava disponível no portal da transparência do governo federal; o quantitativo de estudantes por curso estava disponível na Plataforma Nilo Peçanha. A relação dos servidores com *siape* e que atuavam no campus mês a mês era disponibilizada na página da reitoria.

Entretanto, a relação semestral da carga horária de cada professor, com a distribuição de atividades de ensino por curso não era pública, sendo a mesma, obtida com a direção de ensino do campus. Nesse caso, foram fornecidos os horários acadêmicos do campus por curso e semestre referentes ao ano de 2017.

A partir da relação dos servidores elaborou-se uma planilha eletrônica com 36 variáveis, contendo 314 casos, dos quais 231 são docentes e 83 técnicos administrativos; atuando em 28 cursos e 25 eixos tecnológicos. Desse total, havia 24 cursos técnicos de nível médio, três cursos superiores, um curso *lato sensu* e um curso *stricto sensu*. Os cursos de formação inicial e continuada (FIC) não foram considerados nessa metodologia.

Foi necessário acessar a consulta pública do portal da transparência referente ao ano de 2017, para levantar o número do cpf de cada servidor ou colaborador, a data de ingresso no IFPR, a lotação e o exercício, a jornada de trabalho, as funções ocupadas e os eventuais vínculos com outras Instituições. O número do cpf foi fundamental para identificar os servidores na planilha referente à folha de pagamento, uma vez que alguns nomes repetiam-se.

Foram utilizados os dados referentes à remuneração básica bruta, somados aos valores das férias, das verbas indenizatórias registradas em sistemas de pessoal civil, além da gratificação natalina. Foi registrado o valor zero no salário mensal do servidor ou colaborador para os meses anteriores ao seu ingresso no campus.

Alguns servidores possuíam dois contratos, podendo ser na mesma unidade ou em outras instituições. Nesse caso, a jornada de trabalho foi fundamental para realizar a divisão dos salários proporcionalmente à sua carga de trabalho. Da mesma forma, para os docentes que atuavam em dois *campi*, o salário foi dividido proporcionalmente em função da carga horária em cada campus. Essa informação foi obtida com as coordenações dos cursos e confirmada com os docentes, uma vez que não é publicizada na instituição.

Os docentes ocupantes de funções de coordenação ou direção no campus tiveram seus salários divididos em $\frac{1}{4}$ para as atividades de ensino e $\frac{3}{4}$ para as administrativas, conforme carga horária prevista na Resolução IFPR nº 02/2009. A parcela correspondente às funções administrativas foi dividida para todos os cursos, considerando o número de alunos por curso.

Após o registro de todos os salários dos servidores, considerando os critérios anteriores, obtém-se a média salarial do servidor por curso. Na sequência levanta-se a média salarial por curso e por eixo tecnológico.

CONCLUSÕES

Por meio do referencial teórico pesquisado, verificou-se que trabalhos anteriores calcularam o custo-aluno em escolas públicas municipais e estaduais ou em universidades, mas somente de forma global ou departamental. Como esse trabalho apresentou uma proposta de metodologia para o cálculo do custo-aluno da educação profissional e tecnológica, em uma instituição pública federal, o autor o considera como sendo o primeiro trabalho realizado em nível de curso na educação profissional.

A maior dificuldade deu-se pela falta de publicização de todos os dados necessários para a realização da pesquisa. Entretanto, a direção do campus iniciou um trabalho de tornar público os horários de cada docente, com todas as atividades de ensino. Essa ação tornará mais fácil a realização de novas pesquisas com a mesma temática. Como proposta futura, objetiva-se aplicar a metodologia no campus pesquisado, comparando os resultados com outras metodologias.

REFERÊNCIAS

CASTRO, C. M. **Investimento em educação no Brasil**: um estudo sócio-econômico de duas comunidades industriais. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1973.

LEVY, S.; CAMPINO, A. C.; NUNES, E. M. **Análise econômica do sistema educacional de São Paulo**. Instituto de Pesquisa Econômicas / Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. 1970.

PARO, V. H. O custo do ensino público no estado de São Paulo: estudo de custo-aluno na rede estadual de primeiro e segundo graus. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.43, p. 3-29, 1982.

REINERT, C. **Metodologia para apuração de custos nas IFES Brasileiras**. 2005. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, C. A. T.; MORGAN, B. F.; COSTA, P. S. Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para cálculo do custo-aluno de instituições públicas de ensino superior: um estudo de caso. In: **X Congresso Brasileiro de Custos**. Guarapari, ES, 2003.

SILVA, C. A. T. (org) et al. **Custos no setor público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

VERHINE, R. E. **Determinação de custos educacionais**: Uma análise panorâmica do estado da arte. Revista Educação, PUC/RS, 1998, p. 107-122.